



## Vigilantes de Porto Alegre decidem continuar lutando por avanços e contra a perda de direitos



Assembleias foram no auditório do Sindipolo, pela manhã e noite

Nas assembleias realizadas na capital pelo Sindivigilantes do Sul nesta segunda-feira (23), pela manhã e à noite, no auditório do Sindipolo, a categoria reafirmou sua total rejeição à proposta patronal. Também manifestou a disposição de continuar lutando contra a perda de direitos que os patrões pretendem impor ao tentar enxertar várias cláusulas com conteúdo da reforma trabalhista na Convenção Coletiva

de Trabalho (CCT).

A proposta das empresas cria vários tipos de jornadas novas, prejudiciais aos trabalhadores, inclusive redução e fracionamento de intervalos, prejuízo nas férias, entre outros problemas. Quanto aos valores, continua tudo na mesma: 2,81% de reajuste dos salários e R\$ 19,23 o vale-alimentação.

***Empresas não estão fazendo os repasses***

O presidente Loreni Dias, pela manhã, denunciou que a maioria das empresas descontou mensalidades, contribuição assistencial e convênios dos trabalhadores e não estão repassando ao sindicato: “Estamos atrasando todas nossas obrigações porque as empresas não estão fazendo os repasses”, afirmou. É uma forma que o patronato encontrou de pressionar o Sindivigilantes a assinar a convenção como eles querem.

Mas o sindicato não vai ceder, garantiu Dias: “Eu não vendo dissídio coletivo, essa direção (do sindicato) não tem preço, quando eu assinar é porque vocês autorizaram”, disse o presidente. O advogado Arthur Dias Filho, da assessoria jurídica, explicou que última proposta recebida oficialmente, por escrito, da entidade patronal (Sindesp) não trouxe nenhum avanço em relação à anterior, rejeitada pela categoria em assembleia.

### ***Denúncia ao Ministério Público do Trabalho***

Ele acrescentou que o Sindivigilantes do Sul e os demais sindicatos que se uniram na campanha salarial, 12 no total, já denunciaram esta situação no Ministério Público do Trabalho, sexta-feira. Todos estão com a mesma posição, de não aceitar perda de direitos. Ao mesmo tempo, estão sofrendo retaliações das empresas que não repassam as mensalidades que descontam dos vigilantes.

À noite, a assembleia foi dirigida pelo diretor jurídico, Gérson Farias, uma vez que o presidente Dias precisou viajar para São Luiz, onde tem assembleia hoje. O presidente da Conlutas, Érico Corrêa, e o presidente do Sindicato dos Vigilantes de São Leopoldo, Moisés Machado, falaram no início, trazendo seu apoio aos vigilantes da capital.

### ***Participação da Comissão***

Membros da comissão eleita para acompanhar as negociações disseram que querem colaborar participando das próximas reuniões que acontecerem com a patronal. Neste sentido,

o presidente informou que já foi protocolado um documento no Sindesp comunicando a presença do grupo no próximo encontro.

“Nós votamos numa comissão para acompanhar a negociação e para dar transparência à negociação, não para negociar sozinha com o Sindesp”, ressaltou o vigilante Paulo Éverton, na assembleia da noite.

“Não podemos aceitar essa proposta que querem nos impor goela abaixo, estamos tendo um retrocesso muito grande com essa reforma trabalhista que o Paulinho da Força e outros políticos aprovaram”, disse um dos integrantes da comissão, Sebastião Resoli dos Santos.

“A hora é agora, se nós não lutarmos vamos ter um grande prejuízo e vamos sentir muito isso”, completou. Depois, vários vigilantes que compareceram elogiaram o debate produtivo, os esclarecimentos feitos e o espírito democrático das assembleias. A rodada de encontros continua hoje com assembleia em São Luiz Gonzaga e termina amanhã em Santo Ângelo, com a presença do presidente Dias e a diretora Elisa Araújo.

– São Luiz Gonzaga -24/04 (3ª f.) – 19h

Local: Sind. da Alimentação – R. Rui Ramos, 1322 – Centro

– Santo Ângelo – 25/04 (4ª f.) – 19h

Local: R. Andradas, 1611, Centro

Esclarecimento sobre atraso

A secretária do Sindipolo, senhora Raquel, pediu desculpas pelo atraso na abertura do auditório pela manhã, que estava marcada para as oito horas. Segundo ela, seu esposo teve um problema de saúde e precisou ser levado a uma emergência, no início da manhã.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# Sem medida provisória para reparar lei trabalhista, desmonte fica oficializado

## Com acordo descumprido, estão valendo o trabalho intermitente sem limites, trabalho de gestante ou lactante em local insalubre e jornada 12x36 sem negociação coletiva (basta a individual)

A Medida Provisória (MP) 808, que alterava itens da Lei 13.467, da “reforma” trabalhista, perdeu validade nesta segunda-feira (23), por absoluto desinteresse da Câmara dos Deputados e nenhum empenho do governo, apesar de promessa feita durante a tramitação do projeto, aprovado em 2017.

Com isso, fica valendo a lei na íntegra, inclusive com pontos criticados por governistas, como o trabalho intermitente sem amarras, a possibilidade de mulheres e gestantes atuarem em locais insalubres e a jornada 12x36 apenas por acordo individual.

Durante a tramitação do texto no Senado, o governo acenou com uma medida provisória, que “corrigiria” algumas partes criticadas, para que o projeto original não tivesse de voltar para a Câmara, retardando a sua aprovação. O Senado abriu mão de legislar e aceitou aprovar o texto na íntegra. A MP saiu, mas a comissão especial mista criada para apreciá-la nunca se reuniu. O presidente eleito renunciou, e não foi escolhido relator. Esquecida, caducou. Na Câmara, deputados afirmaram que o “acordo” envolvia apenas Executivo e Senado.

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, sem a MP se amplia a insegurança jurídica trazida pela lei. “A caducidade da MP por decurso de prazo representa claro descaso para com a preservação do patrimônio jurídico social

legado pela Constituição Federal de 1988 e confirma o epílogo funesto do processo de desconstrução do Estado Social, que segue caminhando, agora com braços abertos para a própria tese do ‘enxugamento’ da Justiça do Trabalho, que já volta a ser entoado por parte da grande mídia.”

Na semana passada, circulou a informação de que o governo agora editaria um decreto, em vez de medida provisória, para regulamentar a “reforma”. Segundo a Casa Civil, não haveria prazo para que isso acontecesse.

Um dos itens polêmicos da Lei 13.467 refere-se ao trabalho de gestantes e lactantes em locais considerados insalubres. Pela MP, elas não poderiam trabalhar nesses lugares, a não ser que liberadas por um atestado médico. Agora podem, em áreas de insalubridade mínima ou média, e precisam do atestado para serem afastadas.

No caso do trabalho intermitente, a medida previa uma “quarentena” de 18 meses para que uma empresa não demitisse um funcionário e o recontratasse em seguida, nessa nova modalidade. Agora, o empregador pode adotar essa prática, se quiser.

Fonte: CUT

# ‘Lula não pode estar condenado à solitária’, diz Dilma. PF pede transferência

Assim como tem acontecido nas últimas duas semanas, nesta segunda-feira (23) foi a vez de a ex-presidenta Dilma Rousseff ser proibida de visitar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na prisão, na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba. A visita foi negada pela juíza Carolina Lebbo, da 12ª Vara Federal da capital paranaense, a mesma que semana passada negou a visita do prêmio Nobel da Paz, o argentino Adolfo Pérez Esquivel, e do frei Leonardo Boff, entre outros amigos de Lula que tentam em vão conversar com ele na prisão.

Além da presença persistente da vigília Lula Livre, a movimentação de autoridades e personalidades com direito legítimo de acesso a visitas ao ex-presidente – sistematicamente negado por Carolina Lebbo, em desacordo com a legislação brasileira e com tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário – tem causado incômodo à PF, que já teria, inclusive, solicitado a transferência de Lula. A mudança já estaria decidida, faltando definir para onde e se encaminharem questões legais, como ouvir a defesa do ex-presidente.

“Lula não está num regime de isolamento. Então, o que explica que não possamos visitá-lo?”, questionou Dilma, visivelmente contrariada, após sair do prédio da PF. A ex-presidenta disse que a democracia no Brasil passa por um momento difícil, e lembrou que ela mesma, que ficou três anos presa durante a ditadura civil-militar (1964-1985), podia receber a visita de amigos, além de parentes e advogados. “Lula não pode estar condenado à solitária. Como pode ele ser impedido de conversar com seus amigos? Acredito que é uma situação

estranha. Lula não tem justificativa para estar isolado”, afirmou.

A ex-presidenta reafirmou que a prisão de Lula faz parte do golpe que se iniciou em abril de 2016, com seu próprio impeachment. “Se instalou uma camarilha no poder. É estranho que essa camarilha esteja solta, enquanto Lula, inocente, está preso.” Para ela, enquanto a ditadura corta a “árvore da democracia” pela raiz, ocorre agora outro tipo de golpe, em que a “árvore da democracia é comida por fungos que afetam até as raízes”.

“A etapa do golpe agora é essa, prender Lula para ele não concorrer nas eleições. É a tentativa de manter o golpe vivo, prendendo a pessoa que pode acabar com o golpe”, definiu. A ex-presidenta disse que em suas viagens a outros países, a prisão de Lula está sendo vista com estarecimento. “Esse processo no exterior é visto como eivado de problemas. Quando você diz que o juiz que julga é o mesmo que faz a instrução do processo, há um estarecimento”, afirmou.

Dilma reforçou a importância do artigo 5º da Constituição Federal, que em um dos seus incisos determina que nenhuma pessoa pode ser considerada culpada antes do trânsito em julgado do seu processo. “Foi para isso que nós lutamos e muitos morreram, para que nunca mais um inocente fosse preso e, infelizmente, o Lula, inocente, está preso.”

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF